

Dornelles faz defesa do capital externo e pede novas inversões

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

“O Brasil está aberto ao capital estrangeiro, mantendo apenas as restrições definidas na Constituição e nos casos de segurança nacional. O País não tem receio do capital estrangeiro, considera que há espaços para ele na economia nacional, e a expectativa é de que novos ingressos sejam registrados.”

Foi o que afirmou, sob aplausos, o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, durante debate promovido ontem pela revista *Exame*, no auditório do Senado Federal. Dornelles fez essa afirmação depois de evasivas do ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão, ao ser indagado sobre o assunto por um empresário.

Em sua exposição, transmitida por circuito de tevê em todo o País, via Embratel, o ministro da Fazenda reiterou que o presidente José Sarney está decidido a implementar com firmeza o programa de apoio à livre iniciativa, estimulando a empresa privada e o empresariado brasileiro, estabelecendo limites claros à participação do Estado na economia e assim possibilitando ao setor privado ocupar a maior parte do espaço adicional criado pelo crescimento da economia.

Dornelles frisou que a retomada do crescimento econômico terá que ser atingida de forma harmônica, sem o agravamento de novas tensões inflacionárias, e que para isso será necessário promover ajustes que permitam a pronta remoção dos desequilíbrios internos. Entende também que é necessário reduzir a pressão do setor público sobre a poupança interna e que será estimulado o investimento privado na agricultura, comércio, indústria, mineração e serviços.

Salientou ainda o ministro da Fazenda, no debate sobre “Os caminhos

da retomada”, que a forma de compatibilizar o ajustamento da economia com o crescimento é buscar o remanejamento de recursos disponíveis, reorientando-os para as atividades de impacto social. Dornelles também falou em reduzir os juros, através de medidas de natureza fiscal, e garantiu que o cálculo da correção monetária será mantido.

SEM INTERVENÇÃO

“Para encurtarmos a diferença com os países industrializados é necessário a intervenção e o apoio do Estado. Porém não precisamos necessariamente da presença do Estado em todas as atividades econômicas e de produção, ocupando espaços às vezes desnecessários. Um governo democrático deve se colocar à disposição da iniciativa privada”. Foi o que afirmou, ontem, o ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão, no encontro “Brasil em Exame-85”, que reuniu ministros da área econômica, no Senado Federal.

Neste encontro, em que foi discutida a posição do governo frente à retomada do desenvolvimento econômico do País, o ministro Gusmão disse que para se estabelecer uma efetiva política de desenvolvimento industrial é necessária uma estratégia democrática na qual não haja o protecionismo e a intervenção do governo.

Na opinião do ministro, se o governo adotar medidas paternalistas, vai acabar nivelando aqueles que buscam realmente uma modernização industrial com aqueles que visam apenas se beneficiar dos financiamentos e subsídios, por estarem sob o manto da proteção e do privilégio. “O caminho da nova estratégia da Nova República não é um caminho dirigido de cima para baixo; ao contrário, ele está inserido na política de planejamento do governo, elaborada com a participação de vários ministros”, ressaltou Gusmão.

A partir do momento em que se

criar uma estratégia no processo de industrialização, Roberto Gusmão acredita que isso irá melhorar também a qualidade de vida da população, abandonando dessa forma com a miséria e o desemprego. E na sua opinião, um dos pontos fundamentais para a efetivação de uma política industrial são os financiamentos adequados.

“PATERNALISMO ESTATAL”

“Não se pode falar em política industrial com as altas taxas de juros existentes — observou. O Estado não pode ficar comprando e exportando produtos com gravosidade excessiva ou promover financiamentos negativos”, frisou o ministro. Dentro da elaboração de uma estratégia de desenvolvimento, o ministro da Indústria e do Comércio disse que vai ouvir todos os setores de produção nacional, principalmente os que fizeram grandes investimentos e estão com dívida a pagar, para que o reaquecimento da economia seja feito de forma democrática.

Outro ponto que Gusmão ressaltou para que se implante uma política industrial é o desenvolvimento da tecnologia visando a própria indústria. Na opinião do ministro, “a pesquisa acadêmica é desnecessária, pois fica buscando a descoberta do sexo dos anjos, ao invés de descobrir a necessidade da máquina produzir para melhorar a qualidade de vida do homem”.

Gusmão concluiu que a política de desenvolvimento industrial visa, no seu sentido mais amplo, as condições de vida do ser humano. “Dessa forma, ela tem que ser democrática com negociações abertas e o rompimento do paternalismo estatal. E, para chegarmos a uma nova democracia, dentro de uma estratégia democrática de livre produção, com o apoio do Estado e o aplauso da Nação, é necessário democratizar também toda a organização sindical, patronal e trabalhadora deste país”, afirmou o ministro.